

Estratégias familiares de investimento de remessas de emigrantes no Brasil no Noroeste português entre 1950 e 1970 – estudo de caso

Families' investment strategies of Brazilian emigrants remittances in the Northwest of Portugal between 1950 and 1970 – a case study

Fernanda Paula Sousa Maia¹

Resumo: Como as investigações têm demonstrado, o dinheiro enviado pelos emigrantes portugueses no Brasil não foi apenas importante para a balança de pagamentos portuguesa. Foi também fundamental para suportar diversificados investimentos em equipamentos sociais, culturais, educativos e assistenciais que foram sendo feitos nas terras de origem dos emigrantes, o que contribuiu decisivamente para a modernização de todo o Noroeste português entre os séculos XIX e XX. Ora, o presente trabalho, através de um estudo de caso, vem fazer uma incursão no Estado Novo, procurando demonstrar que à imagem do século XIX, também neste período, houve uma continuidade ao nível destas práticas.

Palavras-chave: Emigração; Brasil; Norte de Portugal; remessas; Estado Novo

Abstract: As some studies have shown, money sent by portuguese emigrants to Brazil was not only important for the balance of Portuguese payments, but it was essential to support diversified investments in social, cultural, educational and health care equipment. These were progressively made on the emigrants' homeland, which contributed decisively to the improvement and modernization of the whole Portuguese northwest between the 19th and 20th centuries. This work makes an incursion into the Estado Novo, seeking to demonstrate, through a case study, that in terms of these practices, as in the 19th century, there was an ongoing effort to maintain them.

Keywords: Emigration; Brazil; North of Portugal; remittances; Estado Novo

¹ Investigadora doutorada do CEPESE.

Introdução

Nos últimos anos, temos vindo a desenvolver um conjunto de trabalhos, alguns deles em parceria, nos quais procurámos evidenciar o papel das remessas dos emigrantes portugueses no Brasil – tenham eles regressado definitivamente, ou não, às suas terras de origem – no investimento em infraestruturas sociais, culturais, educativas e assistenciais no Norte de Portugal, durante o século XIX e inícios do XX². Partindo do estudo basilar de Jorge Alves para o Porto no século XIX³, e dos estudos pioneiros sobre a emigração portuguesa da autoria de investigadores como Joel Serrão⁴, Miriam Halpern Pereira⁵, Maria Beatriz Rocha-Trindade⁶ ou de J. da Costa Leite⁷, entre muitos outros autores que, na senda do caminho por eles aberto, trabalharam esta temática, nos últimos anos foi possível investigar um conjunto de temas, questões e problemas que muito ajudaram a melhor compreender a emigração portuguesa e o seu impacto nas sociedades de acolhimento e de origem.

Parece-me muito significativo, a título de exemplo, o crescente volume de trabalhos realizados, dos dois lados do Atlântico, sobre a emigração portuguesa para o Brasil. Na verdade, os últimos vinte anos têm visto aparecer um número cada vez maior de publicações sobre esta temática, quer em Portugal quer no Brasil, muitas delas decorrentes de investigações académicas desenvolvidas no âmbito de cursos de mestrado e/ou doutoramento, que muito têm concorrido para uma análise mais séria e profunda destas questões, contribuindo para uma efetiva partilha de conhecimento entre os dois países e ajudando a construir uma plataforma comum ao nível da investigação do tema.

Penso que neste momento, partindo dos trabalhos até agora publicados, é possível demonstrar, mas ainda não quantificar, que o dinheiro enviado pelos emigrantes portugueses no Brasil, não foi apenas importante para a regulação financeira portuguesa, permitindo, de algum modo, um relativo equilíbrio da balança de pagamentos do Estado português, como concorreu, de forma inequívoca, para a modernização verificada em todo o Norte português durante este período, especialmente ao nível dos investimentos aplicados na construção de infraestruturas culturais e de índole social. Nós próprios, a título pessoal ou em parceria, temos vindo a estudar casos significativos de investimentos pessoais e/ou familiares que foram sendo feitos nas terras de origem dos emigrantes que, nos séculos XIX ou inícios do XX, partiram com destino ao Brasil. Estamos a lembrar-nos de casos por nós estudados em localidades tão distintas entre si como Ovar⁸, Lamego⁹ ou Aparecida (Lousada)¹⁰.

Com efeito, como temos vindo a mostrar, tenha sido simplesmente por exibição pessoal e vontade de ostensão de um enriquecimento recente, por devoção, religiosidade ou para evidenciar uma filantropia poucas vezes inocente, no século XIX e inícios do XX, pela via das remessas dos seus emigrantes no Brasil, o Norte de Portugal viu crescer os seus investimentos em cenários tão diversificados como quintas dotadas de inovações agrícolas, construção de capelas, de hospitais, de lares, de escolas, de teatros, de cinemas ou de jardins públicos beneficiando dos dinheiros trazidos pelos próprios emigrantes ou por eles enviados através de intermediários.

2 Veja-se, apenas a título de exemplo, o mais recente trabalho publicado: MONTEIRO; MAIA, 2015: 1, 122-149.

3 ALVES, 1994.

4 SERRÃO, 1970; SERRÃO, 1985.

5 PEREIRA, 2007; PEREIRA, 1990: 735-739.

6 ROCHA-TRINDADE, 2009.

7 Referimos o seu estudo mais desenvolvido: LEITE, 1994.

8 MAIA, 2005.

9 MAIA; MONTEIRO, 2007; MAIA, 2009.

10 MONTEIRO, MAIA, 2008-2009: 195-207.

Ora, o presente trabalho vem fazer uma incursão num período histórico português, o Estado Novo, que deste ponto de vista tem sido menos conhecido e investigado, procurando demonstrar, através do estudo de uma trajetória pessoal/familiar de emigração para o Brasil, que, também neste período, houve uma continuidade ao nível destas práticas, prolongando assim procedimentos habituais no século XIX.

Na verdade, sabemos hoje que durante o Estado Novo “saíram de Portugal mais de dois milhões de emigrantes”¹¹, embora o fluxo de emigração para o Brasil apenas tenha sido verdadeiramente significativo até finais da década de 1940, representando este período cerca de 80% do total de saídas com esse destino. Com efeito, a partir de então, o fluxo emigratório português passa a dirigir-se preferencialmente para a Europa destruída pela II Guerra Mundial que atrai crescentemente mão-de-obra portuguesa necessária à sua reconstrução. Como a autora que vimos seguindo demonstrou, sabe-se hoje que o emigrante que cruzava o Atlântico, também nesta época continuava a ser “em regra, solteiro, do sexo masculino, em idade ativa e oriundo do setor primário”.

O caso que hoje trazemos aqui, enquadra-se nesta análise e prolonga práticas tradicionais e estudadas de transferências de dinheiros para Portugal, geralmente destinados ao investimento na terra de origem do emigrante em questão, fazendo jus àquilo que pensamos sobre o fenómeno da emigração para o Brasil, ou seja, que uma das questões mais interessantes da análise dos números das partidas e chegadas é, sem dúvida, perceber qual o impacto deste fluxo na economia local portuguesa, especialmente na região Norte.

Nesta questão, não queremos avaliar, como Eugénia Mata já fez, qual o *ratio* do valor das remessas sobre o valor das exportações ou calcular o *ratio* do valor das remessas sobre o valor do produto interno bruto¹², ou seja, estimar o impacto da emigração no volume e no uso das remessas. Não nos interessa também saber se estas remessas foram ou não usadas produtivamente, como discute Baganha no artigo que vimos seguindo¹³. O que nos importa constatar é que, como esta autora defende, a emigração portuguesa, durante este período, ao ser constituída essencialmente por “migrantes com pouca ou nula qualificação profissional ou técnica”, acabou também por não prejudicar o crescimento económico português deste período, concluindo esta autora que se deveriam antes destacar os “efeitos positivos que são diretamente atribuíveis à emigração, nomeadamente os aspetos ligados à formação de capital, ao desenvolvimento do sistema bancário e à reestruturação da estrutura produtiva nacional”¹⁴.

1. Fontes e Metodologia

O presente trabalho, através da análise de caso, pretende a seu modo confirmar estas conclusões e, até, se possível, alargá-las a outros âmbitos regionais não tão evidentes. Trata-se do estudo do percurso de vida do emigrante português, Marcelino Ribeiro de Queiroz, saído ainda jovem de Forjães (concelho de Esposende), em busca de um futuro mais auspicioso do que aquele que o esperava na sua terra de origem. Nascido no seio de uma família de dez filhos¹⁵, Marcelino terá emigrado para o Brasil em 1911, quando contava menos de 20 anos¹⁶, tendo para lá partido também alguns de seus irmãos, que se instalaram na cidade de S. Paulo. Marcelino, por sua

11 BAGANHA, 1996: I, 294.

12 MATA, 1984.

13 BAGANHA, 1994: 964-966.

14 BAGANHA, 1994: 970.

15 O documento datilografado intitulado *Quem somos?* (p. 9-19) escrito por Albino de Faria (seu cunhado), refere que teriam sido catorze o total de filhos. A informação que deixamos em texto consta do seu obituario (*O Cávado*, 7.5.1961: 1).

16 Pensa-se que em 1911, quando teria cerca de 20 anos (TEIXEIRA, 1990-1992: 47).

vez, por razões que desconhecemos mas que podem ter a ver com o facto de ter casado com uma brasileira nata, Margarida de Moura, escolheria o Rio de Janeiro para residir e aí desenvolveria a sua vida empresarial. Como muitos outros emigrantes de sucesso do seu tempo, ao longo da sua vida no Brasil, Marcelino foi responsável pelo envio periódico de remessas para Portugal, para o que recorria, como intermediário de confiança, a Albino de Faria, seu cunhado e pai do futuro médico e cirurgião Manuel Queiroz de Faria.

Para o presente estudo, para além das fontes por nós habitualmente utilizadas – as publicações periódicas – socorremo-nos de um outro tipo de documentação que nos permitiu colocar novas hipóteses e avançar no conhecimento da realidade da emigração portuguesa para o Brasil e suas consequências na sociedade portuguesa. Trata-se, na sua maioria, de uma documentação não oficial, de carácter eminentemente privado, como as cartas pessoais e as fotografias que, estando na posse de particulares, merecem ser apresentadas publicamente pela sua elevada qualidade em termos de informações sobre os aspetos que nos ocupam. Como já foi demonstrado, as cartas particulares permitem recriar uma trama complexa de motivações pessoais, ajudando a esclarecer sobre os impulsos que estiveram na origem de uma conduta específica, revelando simultaneamente sobre os sentimentos que subjazem às ações destes investidores. Este tipo de fontes, no entanto, é difícil de localizar, já que, quando não desapareceu, se encontra, geralmente, não sinalizada, na maioria das vezes dispersa e de acesso restrito, uma vez que se conserva ainda sob tutela familiar¹⁷.

Ora, no caso vertente, tal foi, felizmente, possível uma vez que a família conservou este espólio, o que nos permite contextualizar melhor o exemplo que aqui trazemos. Desse modo, através de um total de cerca de duas dezenas de cartas, provenientes do Rio de Janeiro, e escritas entre 24 de abril de 1953 e 16 de junho de 1984, foi possível acompanhar o envio de dinheiro do Brasil para Portugal¹⁸. Deve referir-se, no entanto, que, para além destas, existem no espólio, pelo menos, três missivas que não se encontram datadas, nem foi possível introduzir uma datação aproximada.

Dessa série documental, são dois os emissores destes escritos. Primeiro, na década de 1950, quem escrevia era Marcelino de Queiroz que acabaria por falecer em 1961, tendo sido, numa segunda fase, substituído na troca epistolar pela sua mulher Margarida de Queiroz. Apesar de, entre 1953 e 1955, terem sobrevivido poucas missivas, sabemos, no entanto, por documentação de natureza institucional, que o dinheiro foi sendo enviado para Portugal por via bancária e que a correspondência entre Portugal e o Rio de Janeiro terá eventualmente desaparecido, apesar dos esforços por nós desenvolvidos para a encontrar.

Importa igualmente sublinhar que, foram dois, também, os recetores destas cartas. Primeiro, o interlocutor preferencial foi Albino de Faria, cunhado do emigrante Marcelino de Queiroz, professor primário, natural e residente em Forjães. Num segundo momento, quando a correspondência é reatada pela viúva, seria já o filho do professor Albino de Faria – o Dr. Manuel Queiroz de Faria, médico-cirurgião residente no Porto – o interlocutor preferencial de D. Margarida Moura de Queiroz.

Com efeito, após a morte de Marcelino de Queiroz no Rio de Janeiro, ocorrida em 25 de abril de 1961¹⁹ será a viúva, a brasileira de nascimento, Margarida Moura de Queiroz, a responsável pelo envio de correspondência para a família de seu marido residente em Portugal e pela expedição regular de remessas destinadas aos investimentos realizados na terra de origem de seu falecido marido. Deste modo, se conservaram cerca de 30

17 BERTRAND; RODRÍGUEZ JIMÉNEZ, 2000: 53-56.

18 *Cartas particulares trocadas entre Marcelino de Queirós e Albino de Faria*. 1953.4.24, Rio de Janeiro-1955.2.20, Rio de Janeiro; *Cartas particulares trocadas entre Margarida de Queirós e Manuel Queirós de Faria*. 1973.11.25, Rio de Janeiro-1984.6.16, Rio de Janeiro.

19 *O Cávado*, 7.5.1961: 1.

missivas na família que catalogamos e organizamos, permitindo cobrir todo o período que vai de 1973 a 1984. Pela natureza do presente estudo, esta segunda fase da correspondência, situada cronologicamente num período diverso, será deixada para um estudo subsequente.

Ora, o envio habitual de dinheiro por parte deste português emigrado no Brasil que regularmente viajava para a sua terra natal e que, tendo enriquecido e encontrando-se sem descendência, fazia da sua terra de origem um dos destinos dos seus investimentos não era um procedimento invulgar. Na verdade, tendo origem no Brasil, encontramos-lo bem estudado para o século XIX e para os inícios do XX. Menos conhecida acaba por ser esta prática estendida por grande parte do século XX, que no caso em estudo acabou por terminar apenas pouco antes do falecimento de D. Margarida Maria Moura de Queiroz, ocorrido em 26 de março de 1985. Ou seja, trata-se de todo um período em que a filantropia social se afasta da atuação preferencial da emigração portuguesa, o que acaba por ser extraordinariamente significativo, tanto mais que em Portugal se vivia então um período de grandes carências e dificuldades económicas que limitavam enormemente as despesas públicas do Estado.

Paralelamente, para o período analisado neste estudo – 1950-1970 – continuaremos a utilizar as informações recolhidas nos periódicos locais, nomeadamente no jornal *O Cávado*, autodesignado “semanário republicano e regionalista”, publicado em Esposende, bem como n’ *O Fagueiro*, jornal publicado em Fão e que analisamos no período entre 1958 e 1961. Conscientes do facto de, neste período, as publicações periódicas serem um espaço controlado pela censura, não procuramos aceder aos editoriais nem a artigos de fundo sobre a emigração em geral, uma vez que sabíamos antecipadamente que neles não iríamos encontrar qualquer discurso favorável à saída, pelo mau exemplo que este poderia produzir nos leitores, como chamou a atenção Victor Pereira²⁰. Na verdade, de uma forma inofensiva e regular os periódicos locais iam publicando, numa coluna onde relatavam alguns factos do quotidiano, a chegada ou a partida daqueles velhos emigrantes que, vindos do Brasil, geralmente em férias, descanso ou viagem, vinham à terra que os vira nascer. Ora, isso só acontecia, porque, pelo enriquecimento pessoal, estes personagens pertenciam agora à elite endinheirada local e porque esses eram acontecimentos que quebravam a monotonia do pacato dia-a-dia das pequenas localidades.

Convém, de facto, sublinhar que estes emigrantes portugueses residentes no Brasil que regressavam temporariamente às suas terras faziam agora parte das elites locais, uma vez que o enriquecimento pessoal tinha-lhes permitido comprar casas luxuosas ou quintas apetecíveis, ou tornara-lhes possível investir noutras atividades. Estavam socialmente longe do seu ponto de partida e as representações que veiculavam eram as do sucesso e bem-estar. O acesso às páginas dos jornais era, por isso, autorizado e fazia parte, naturalmente, do seu processo pessoal de jubilação. Desse modo, do ponto de vista da análise histórica, importa também identificar estas representações sociais e o modo como elas foram sendo construídas e naturalizadas. Ora, a imprensa local desempenhou um relevante papel nesse processo, pelo que esse será o enfoque preferencial na utilização das informações veiculadas por esses periódicos. Neste sentido, o discurso utilizado, em que predominam os enunciados próximos da reverência, da elevada consideração com excessivas cortêsias e com exagero adjetival torna-se, por si só significativo, na medida em que acaba por prolongar uma representação partilhada pela comunidade local.

2. Estratégias de aplicação das remessas de dinheiro enviadas do Brasil

Nesse sentido, o envio regular de capitais brasileiros e os investimentos de Marcelino e Margarida de Queiroz, realizados em Portugal, particularmente nas áreas da saúde e da assistência social adquirem uma dimensão muito mais relevante. Na verdade, perante as grandes restrições internas, especialmente sentidas a nível das despesas públicas, que as várias reformas económico-financeiras do Estado não faziam mais do que condicionar, não admira que o regime vigente – o Estado Novo – tenha criado um sistema de assistência que coexistia paralelamente com “um aparelho de previdência social de concepção corporativa” como escreveu Irene Flunser Pimentel²¹.

A própria Constituição de 1933 não consagrava o direito à assistência pública, mas defendia que

cabia ao Estado «coordenar, impulsionar e dirigir todas as atividades sociais» no sentido de «defender a saúde pública», assegurar a «defesa da família», «proteger a maternidade» e «zelar pela melhoria das condições das classes sociais mais desfavorecidas, procurando assegurar-lhes um nível compatível com a dignidade humana»²².

Como, mais tarde, ficaria claro, o Estado desempenhava um papel supletivo relativamente às iniciativas de natureza privada, entre as quais mereciam particular destaque as da Igreja católica, a par de tantas outras de natureza piedosa e caridosa que, de acordo com um dos lugares-comuns do Estado Novo, caracterizariam o povo português.

Os mais relevantes estudos publicados acerca do processo de aparecimento e construção do chamado Estado-providência português²³ têm preferencialmente analisado não apenas as medidas políticas da iniciativa do poder instituído, como também o seu conteúdo e contexto, continuando-se a desconhecer, no entanto, maioritariamente o seu alcance económico e social em termos de proteção social efetiva. No entanto, o estudo de Guibantif evidenciou o peso diminuto das intervenções da chamada sociedade civil, o que indiretamente acabou por forçar os governos do Estado Novo a agir naquilo que chamou ‘uma espécie de vazio sociológico’²⁴.

É neste contexto que o dinheiro enviado pelo tio *brasileiro* do médico Manuel Queiroz de Faria, residente em Portugal, adquire outra relevância. Com efeito, a leitura da correspondência privada mantida, durante décadas, entre o emigrante português, Marcelino Ribeiro de Queiroz e sua mulher, Margarida Moura de Queiroz, ambos residentes na Praça de S. Salvador, n.º 5, no Rio de Janeiro e parte da sua família portuguesa residente, primeiro, em Forjães, e, mais tarde, na cidade do Porto, permite-nos entender melhor a importância das remessas informalmente enviadas do Brasil para a modernização económica da região em torno de Forjães, pelo menos no campo da assistência social.

Tendo emigrado para o Rio de Janeiro ainda jovem, Marcelino Ribeiro de Queiroz casou com uma senhora natural do Rio de Janeiro, de seu nome Margarida Maria Moura. O seu sucesso financeiro e o facto de o casal não ter descendentes diretos, fez com que nas décadas finais das suas vidas se tenham dedicado à benemerência, quer na área da saúde em geral e materno-infantil, em particular, quer na da assistência social à pobreza e à velhice.

21 PIMENTEL, 1999.

22 PIMENTEL, 1999: 479.

23 PATRIARCA, 1995; LUCENA, 1976; GUIBENTIF, 1997.

24 GUIBENTIF, 1997: 20.

Partindo da leitura da primeira fase de correspondência estabelecida entre o emigrante no Brasil, Marcelino de Queiroz, e o seu cunhado, em Portugal, Albino de Queiroz, situada cronologicamente na década de 1950, e representada por um conjunto de apenas duas missivas, embora percebamos que terão existido mais, é possível perceber alguns dos contornos associados à remessa financeira com origem no Brasil.

Com efeito, na primeira das cartas, datada de 24 de abril de 1953, Marcelino refere ter remetido, do Brasil, alguns dias antes, ao cuidado de seu cunhado Albino de Faria, 50.000\$00 escudos “para ir amortizando as dívidas do Hospital de Esposende, relativas às obras ali efetuadas”. Não era, portanto, a primeira vez que o fazia. Num pequeno anexo à carta percebemos que, já em 1952, Marcelino refere ter remetido do Brasil para estes seus familiares um total de 79.738\$60 escudos, entre dinheiro destinado a adquirir artigos de cirurgia, pagamento de férias entre outras entregas realizadas no referido hospital.

No interior da carta, ficamos também a saber, a partir de um desabafo do emigrante, que “o cruzeiro, infelizmente, continua descendo, ficando-nos o escudo pelo dobro do seu valor oficial”. Mesmo assim, o emigrante tem consciência de que o envio de dinheiro para Portugal, mesmo numa conjuntura adversa, terá de continuar. Com efeito, podemos ler o seu lamento quando exclama: “Mas, que havemos de fazer? As despesas [do Hospital] estão feitas e terão que ser pagas”. Ou seja, mesmo colocando como hipótese terem as remessas financeiras deste emigrante começado por ser voluntárias, parece-nos possível poder concluir existir, pelo menos nesta conjuntura hostil, alguma contrariedade deste emigrante para as manter. Neste caso particular, isso parece-nos ter acontecido, mais como resultado da pressão familiar em Portugal do que por iniciativa espontânea.

Na verdade, Marcelino de Queiroz na missiva que escreve contextualiza melhor a situação política brasileira, aproveitando com isso para justificar a ‘escassez’ do dinheiro enviado desta vez. A este propósito, a nossa fonte dá alguns pormenores acerca de alguns aspetos relativos à política interna do país que o acolheu:

Deve ser assinado, por estes dias, um empréstimo feito nos EE. UU. ao Brasil, na importância de 300 milhões de dólares, é esperança geral que isso virá fortalecer muito o cruzeiro e este reagirá consideravelmente e oferecendo-nos a necessária oportunidade de termos em dia as nossas desejadas remessas de escudos. [...] Nós pagamos, aqui no Brasil, o pesado imposto sobre a Renda. Estou, neste momento, fazendo a nossa indispensável declaração de Renda para sermos, por ela, tributados. Sucede que estão isentas desse imposto, as importâncias relativas a donativos feitos a reconhecidas instituições beneficentes, tendo, para isso, de juntar, à declaração, o necessário comprovante, ou recibo, desses donativos. É isso para mim muito importante, porque, como disse, é demasiadamente oneroso esse imposto, chegando até, em determinadas circunstâncias, a 50% da renda líquida. Este ano, em que é tributada a renda de 1952, já nada me adianta, mas, no próximo ano, vou precisar de um documento comprobatório dos donativos aí feitos para me aliviar aqui nessa exigência fiscal. Depois lhe explicarei melhor os termos e data em que deve ser feito esse comprovante.

Como percebemos, nesta época, existiam no Brasil incentivos e isenções aos donativos feitos em dinheiro às instituições benemerentes, pelo que as remessas de dinheiro enviadas pelos emigrantes portugueses no Brasil destinadas a este tipo de investimentos não podem ser simplesmente percecionadas como atitudes meramente filantrópicas. Na verdade, como acabamos de verificar, a vantagem fiscal inerente à remessa de dinheiro por este emigrante deve ser considerada como uma vantagem não despicienda para quem pagava tão elevado nível de impostos, contribuindo para alargar o leque de razões que devem ter estado na base do envio financeiro por parte dos emigrantes portugueses no Brasil.

De todo o dinheiro remetido para Portugal, e para o Hospital de Esposende em particular, pelo casal Marcelino e Margarida de Queiroz contabilizar-se-ia, em 1954, um total de 129.738\$60 escudos, distribuídos entre obras diversas, desde a aquisição de artigos de cirurgia até a pagamentos de vários honorários. Não admira que, numa carta datada de 20 de fevereiro de 1955, Marcelino se regozije com as informações que lhe têm chegado “acerca do Hospital de Esposende”, nomeadamente que das “cento e muitas operações realizadas” não se tinha verificado “a perda de um só operado!”. Era o culminar de uma iniciativa que, como pudemos testemunhar, configurava algum esforço por parte do empresário emigrado no Brasil. O sucesso do funcionamento desse equipamento, em certa medida, seria também o seu próprio sucesso e contribuiria para a consagração social que pretendia ver reconhecida na comunidade que, muitos anos antes, o vira partir.

Por seu lado, como habitualmente, os jornais locais fizeram-se eco destes atos, que na vida quotidiana de uma pequena localidade tanto impacto devem ter tido. Não admira, por isso, os grandes encômios e a forte adjetivação usados pelos jornalistas nos seus escritos. Em novembro de 1953, por exemplo, o semanário *O Cávado* noticia na primeira página que “Uma obra de larga projeção será inaugurada no dia 21: A nova Sala de Operações. Valiosa dádiva do Senhor Marcelino Queirós ao Hospital de Esposende”. Esta iria ser, nas palavras do redator, uma das melhores do país, para o que convidava todo o concelho a assistir à sua inauguração “como homenagem justa ao grande benemérito forjanense, Sr. Marcelino de Queirós e a seu sobrinho, o distinto médico-cirurgião, Sr. Dr. Manuel Queirós de Faria”. Era a consagração de um filho da terra que, tendo partido jovem e remediado, regressava agora em júbilo. O jornal ajudava a construir esta imagem, reforçada simbolicamente pelo trabalho cirúrgico de seu sobrinho, já então um reputado clínico.

Na verdade, por estas palavras, percebemos melhor o papel deste cirurgião, uma vez que como escreve o redator

Se a um devemos tão grande benemerência, a outro devemos a melhor e mais dedicada colaboração, pois tem sido o entusiasta e impulsionador nesta tão meritória obra de bem-fazer pela assistência do nosso concelho e muitas outras que já beneficiam o Hospital.

Ou seja, este pequeno trecho permite-nos entender melhor o papel do Dr. Manuel Queiroz de Faria como canalizador das remessas e orientador dos investimentos de seu tio *brasileiro*. Na verdade, pertencendo ele à teia familiar do emigrante e sendo simultaneamente médico-cirurgião, com a sua voz autorizada deve ter tido influência pessoal no seu tio Marcelo no sentido de o orientar para a aplicação de capitais doados, ou a doar, no Hospital de Esposende, local onde trabalhava como médico-cirurgião, e de que bem conhecia as carências.

Saliente-se que Marcelino já há bastante tempo aplicava parte dos seus lucros em Portugal. Na verdade, não era a primeira vez que o fazia. Tinha-o feito, no entanto, sempre na pequena freguesia de Forjães, de onde era oriundo, começando por aplicar os capitais enviados, ora em “melhoramentos levados a efeito na nossa igreja”²⁵, ora auxiliando na construção da casa paroquial²⁶, ora em obras de assistência social, como acontecera nos anos de 1946 e, sobretudo, em 1952, quando, por exemplo, “pelo sr. Marcelino Queirós, grande amigo das crianças, foi mandado distribuir aos alunos das escolas que beneficiam da sopa, 500 gramas de figos a cada”. O jornalista refere, então, como seria de esperar, que os miúdos ficaram “radiantes de alegria”²⁷.

25 *O Cávado*, 24.11.1946: 3. Esse ato valera-lhe a colocação “na sacristia paroquial [d]o retrato do ilustre benemérito desta freguesia Sr. Marcelino Ribeiro de Queiroz”.

26 *O Cávado*, 27.1.1952: 4.

27 *O Cávado*, 13.1.1952: 3.

Ainda neste ano de 1952, *O Cávado* anunciava, em Forjães, a cerimónia da “Esmola aos Pobres”, confirmando que “amanhã o grande benfeitor desta freguesia e concelho, ex.mo sr. Marcelino Queirós, manda distribuir aos pobres inscritos na obra «Pão dos Pobres de Santo António» o importante donativo de dois mil escudos”. Terminava o artigo escrevendo “Bem hajam sua ex.^a e ex.^{ma} esposa sr.^a D. Margarida, que apesar de se encontrarem longe estão sempre presentes no coração dos forjanenses, pelos atos de bondade que praticam”²⁸.

A partir desta data, pensamos que por influência de seu sobrinho – o dr. Manuel Queiroz de Faria –, o emigrante Marcelino de Queiroz irá alargar não apenas o raio de ação da sua benemerência, como irá aumentar significativamente o volume de capitais enviados. Por uma boa razão. Seu sobrinho, dr. Manuel Queiroz de Faria, cirurgião cada vez mais reputado, soubera mostrar-lhe que as condições do Hospital de Esposende assim o exigiam. Em finais de 1953, a inauguração da nova sala de operações aí estava para o demonstrar.

Na verdade, o redator do periódico esposendense parece estar bem consciente do papel do corpo clínico na influência do benemérito. Escreve, por isso, como seria de esperar, “felizmente que, para atenuar em parte esta vida deficitária, o Hospital de Esposende conta com verdadeiras dedicações dos clínicos que, gratuitamente, ali prestam o seu serviço e fazem visitas periódicas”. Curiosamente, a comprovar a justificação deste investimento, este mesmo número, na página 3, publicitava num tom inequivocamente encomiástico: “Foi realizada com pleno êxito a primeira operação na nova sala de cirurgia do nosso hospital”, tendo sido operador o dr. Manuel Queiroz de Faria “que achou as instalações em perfeito estado e em condições de satisfazer as necessidades de qualquer ato cirúrgico”²⁹. Deste modo, o tio *brasileiro* alargava o seu raio de ação filantrópica e o seu sobrinho reforçava a importância deste investimento, ao mesmo tempo que aumentava também a sua reputação cirúrgica.

Dois números depois, o semanário dedicava toda a primeira página à recente inauguração, sob o título “Marcelino de Queirós – Um grande benemérito”, incluindo uma fotografia de busto e assinando B.A., pelo facto de este ter oferecido ao Hospital Valentim Ribeiro de Esposende, um bloco cirúrgico “considerado como um dos mais modernos no seu género” e com isso ter aberto “novos rumos aos problemas assistenciais deste concelho”.

Na homenagem que descreve, o jornalista fortemente imbuído de um espírito panegírico e laudatório, ajustado à tradicional submissão perante um elemento socialmente mais bem colocado e, sobretudo, endinheirado, sublinha o carácter intimista do ato de benemerência: “Marcelino de Queirós que não promete mas realiza, que não fomenta fantasias mas mostra obras, com uma simplicidade que pode ser avaliada pelo silêncio que até esta data rodeou tão grande realização, que ascende a cerca de 300 contos”. Sublinha, a propósito o articulista, que o então provedor do Hospital, Avelino Roriz Pereira e o próprio dr. Manuel Queiroz de Faria lhe haviam pedido previamente silêncio “porque assim correspondíamos à intenção do Grande Benemérito”. Trata-se de um discurso impregnado de ética cristã que valorizava o anonimato da dádiva, ao mesmo tempo que, dessa forma, contribuía para colocar o benemérito homenageado num patamar de prestígio fora do alcance dos mortais. Consolidador de um percurso de jubilação, este discurso assume-se também como forma de naturalização do processo de engrandecimento do detentor de dinheiro sujeito de veneração por parte do povo.

Percebendo, no entanto, o papel fundamental do médico Manuel Queiroz de Faria na decisão de investimento do emigrante no Brasil, apesar de o semanário sublinhar que “Marcelino de Queirós marcou uma posição ante os graves problemas da assistência do nosso concelho e forneceu os melhores meios para atenuar os casos, dos mais simples aos de maior gravidade cirúrgica, ao oferecer a nova sala de operações”, o redator d’*O Cávado*, descreve assim o referido cirurgião:

28 *O Cávado*, 22.6.1952: 4.

29 *O Cávado*, 15.11.1953: 1, 3.

Intérprete dos grandes problemas do Hospital, temos esse apóstolo do bem, verdadeiro apóstolo da caridade que marca hoje, na arte delicada e difícil da cirurgia, uma posição de grande destaque, mercê dos seus próprios méritos: o senhor doutor Manuel Queiroz de Faria.

Fica-se, ainda, a perceber, agora sem qualquer dúvida, que Manuel Queiroz de Faria desempenhou, neste investimento benemérito de seu tio *brasileiro*, um papel essencial. Na verdade, o emigrante Marcelino

Confiou a direção das mesmas [obras] a seu sobrinho e nosso querido amigo dr. Manuel Queiroz de Faria, distinto médico-cirurgião, que além de cabal desempenho desse encargo tem prestado profissionalmente valiosos serviços a este hospital e aos seus doentes, nos quais tem sido sempre coadjuvado pelo também nosso querido amigo, verdadeiro homem de bem da nossa terra, distinto médico e diretor clínico deste hospital, dr. Joel Pinheiro de Magalhães ao qual assídua, dedicada e gratuitamente presta, com elevado critério e inteligência visão os melhores serviços há mais de 26 anos.

Foi, sem dúvida, esta ligação tio-sobrinho a verdadeira razão de ser do investimento filantrópico do *brasileiro* Marcelino, uma vez que nas palavras do provedor:

Tudo isto lhe devemos, e mais ainda porque foi sua exa., com o seu nobre e espontâneo ato de caridade que trouxe até junto de nós, até esta Santa Casa, ligando-o a ela para sempre, seu sobrinho, dr. Queiroz de Faria cuja competência persistente e inteligente ação, excelentes dotes e qualidades e boa área, como diz e muito bem o nosso bom povo, o impõe à consideração de todos conquistando assim as melhores e mais valiosas simpatias e dedicações³⁰.

Nesse mesmo número do semanário *O Cávado*, o conceituado escritor esposendense e estudioso probo dos costumes e tradições minhotas, Manuel de Boaventura assinava, também, uma pequena notícia intitulada “A Festa das Oferendas” relativa ao Hospital de Esposende. Com o tom paternalista que o estatuto e a idade³¹ lhe concediam, utilizou as suas palavras para, com a sua autoridade, reforçar simbolicamente a relevância social dos dois ‘filhos’ da terra:

Não poderíamos fechar estas ligeiras considerações, sem justa referência a um rapaz cheio de talento e de real merecimento, que é nosso conterrâneo, dr. Manuel Queirós de Faria, sobrinho do benemérito e ao diretor clínico do Hospital dr. Joel de Magalhães, discípulos diletos do querido amigo, doutor João de Almeida – o mestre da cirurgia lusa.

30 *O Cávado*, 29.11.1953: 1.

31 Manuel de Boaventura nascera em 1885, tendo, por isso, então, 68 anos, o que relativamente aos 36 de Manuel Queiroz de Faria lhe permitia escrever assim.

No seu escrito, afirmava ainda “Queiroz de Faria é dedicadíssimo ao Hospital e a ele devemos outra dedicação valiosíssima: a do seu mestre e amigo”, concluindo, como só a sua qualidade de escritor lho permitia, “tio e sobrinho completam-se na benemerência”³². Estava, assim, legitimada uma homenagem que, desta forma, na imprensa local se apresentava, aos olhos dos leitores, como ‘natural’ e ‘justa’.

Alguns anos depois, em 1957, de novo se ouvirá falar de Marcelino de Queiroz, ainda a propósito do Hospital de Esposende. Recorda-se a recente instalação da moderna sala de operações que ele doou e o semanário acrescenta, em tom elogioso, que o referido benemérito “acaba de custear as despesas de aquisição de um visturi [sic] diatérmico que custou cerca de 28 mil escudos”. E acrescenta o jornal “Ainda à custa do mesmo benemérito, vão efetuar-se brevemente importantes obras de renovação e atualização no edifício do Hospital, cujo plano se encontra em exposição no átrio daquele estabelecimento de assistência”. Em consonância, na primeira página d’*O Cávado* apresenta-se, num retângulo emoldurado, o convite para, em nome da Santa Casa da Misericórdia de Esposende, lhe ser prestada uma homenagem que iria ter lugar no dia 20 desse mês outubro, pelas 14 horas. A cerimónia solene contaria na presidência o Subsecretário de Estado da Assistência Social³³.

Na verdade, a importância destas remessas em dinheiro foi tão significativa para o quotidiano do Hospital da Misericórdia de Esposende que, na data acima referida, de 20 de Outubro de 1957, foi colocado um busto em bronze do benfeitor Marcelino de Queiroz, à entrada da referida instituição hospitalar, busto esse que, apesar de deslocado da sua posição inicial, se encontra ainda hoje no jardim fronteiro deste equipamento. Como o semanário *O Cávado*, comentava “Caiu bem no coração dos esposendenses agradecidos a ideia feliz de lhe ser erigido no recinto do Hospital um monumento que aponte à posterioridade um grande exemplo da caridade cristã que para sempre ligou a seu nome à história da nossa casa hospitalar”, acrescentando

Marcelino de Queirós, grande benemérito do hospital do concelho de Esposende, vai receber esse muito obrigado da população, num momento em que a sua vida jamais terá fim, perpetuada no bronze e mais que isso, na gratidão gravada para sempre no coração de tantos que já receberam os benefícios da sua benemerência³⁴.

No número seguinte, grande parte das folhas do jornal é utilizada para descrever em pormenor as cerimónias públicas de homenagem. Por elas ficamos a saber, igualmente, que em nome do governo nacional foi entregue a Marcelino de Queiroz a Comenda de Benemerência pelas mãos do então subsecretário da Educação Nacional. Na ocasião da visita às instalações, o articulista aproveita para sublinhar que “o senhor dr. Manuel Queiroz de Faria, grande impulsionador e dinamizador do progresso hospitalar, acompanhado dos Sr. dr. Joel de Magalhães, ilustre diretor clínico e dr. Enes Martins, distinto analista, prestaram esclarecimentos”. Só então, o busto, concebido pelo escultor António Carlos Esteves, foi “descerrado pela senhora D. Margarida Maria Moura de Queirós, esposa do homenageado”, ato acompanhado por uma salva de palmas e aplausos da população. Curiosamente, seria em Forjães, terra natal do benemérito, que teve lugar a entrega da Comenda da Ordem da Benemerência³⁵.

32 *O Cávado*, 29.11.1953: 4.

33 *O Cávado*, 13.10.1957: 1.

34 *O Cávado*, 20.10.1957: 1.

35 *O Cávado*, 27.10.1957: 1, 2.

O busto colocado na frontaria do Hospital e a comenda recebida por Marcelino de Queiroz foram, de certa maneira, elementos relevantes na consagração final de um percurso social de reconhecimento e de sucesso. Neste caso particular, e como em diversos estudos demonstraram dois respeitáveis sociólogos da riqueza em França³⁶, a fortuna deste emigrante não se reduz à sua dimensão material. Na verdade, através destes atos de benemerência ou de filantropia, Marcelino Queiroz de Faria alcançou outros patamares da riqueza que lhe permitiram emprestar um forte sentido social contribuindo para reforçar o sentido de pertença a um novo estatuto social. O enriquecimento permitiu-lhe construir este percurso. Os jornais ajudaram-no a legitimar a sua consagração social.

Para isto foram essenciais a família – nomeadamente o Dr. Manuel Queiroz de Faria – bem como o seu grupo de origem – a comunidade local. O dinheiro ajudou a reforçar esta teia preexistente. Simultaneamente, tomando consciência das necessidades vitais da comunidade de partida e ajudando a resolvê-las, Marcelino de Queiroz estava também a reforçar esta teia. Ele sabia que o enriquecimento económico não era suficiente por si só. O dinheiro permitia-lhe deitar mão de outras formas de riqueza que lhe garantiriam a ascensão e o reconhecimento sociais. O seu sobrinho, reputado clínico, ajudava a legitimar o novo estatuto. Por sua vez, os jornais locais consagravam-no e difundiam a imagem social que pretendia difundir.

Uma semana depois, partiam para o Brasil o agora comendador Marcelino de Queiroz, na companhia da esposa e de seu irmão, o também benemérito de Forjães, embora de uma dimensão mais reduzida, Horácio Vilaverde de Queiroz e sua esposa D. Maria Lourdes, não sem antes se terem ido despedir à redação do jornal esposendense³⁷. Esta visita não era inocente. Bem pelo contrário, era muito significativa. Inscrito pela imprensa local num elevado patamar de consideração, para Marcelino de Queirós tratava-se de simbolicamente usufruir do seu prestígio e reforçar o seu poder e influência na terra que o vira nascer. Funcionava simultaneamente como consolidação de uma ascensão social inesperada, especialmente no caso de Marcelino de Queirós oriundo de uma família de pequenos proprietários rurais sem pretensões de notoriedade. A comenda era apenas um ritual de confirmação de um percurso de jubilação, como havia sido para tantos outros no passado. O busto edificado à frente do hospital que ajudara a crescer era, ele também, uma manifestação de prestígio e a moeda de troca pela injeção de dinheiro que regularmente havia realizado.

Não admira, por isso, que logo em janeiro de 1958, *O Cávado* divulgue nova notícia de benemerência d' "o grande benemérito do Hospital de Esposende – comendador Marcelino Queirós" que acabara de enviar "40 mil escudos", para dar início às obras necessárias para reformar o Hospital. Termina com votos de "bem-haja bondoso amigo deste concelho! Bem haja!"³⁸. Esta regularidade no envio de dinheiro deve ser compreendida neste processo de ascensão social e de estratégia de jubilação levada a cabo por Marcelino de Queiroz, com o precioso auxílio de seu sobrinho médico, ele também pouco inocente na sua intervenção. Com efeito, ao orientar os investimentos de seu tio, estava ele próprio também a beneficiar profissional e socialmente do seu prestígio.

Nos anos seguintes, porém, o comendador Marcelino Queirós não teria oportunidade de dar continuidade aos seus investimentos em Portugal. A doença bater-lhe-ia à porta impedindo-o de canalizar os capitais gerados pelos seus lucros para este canal habitual³⁹. No entanto, apesar destas ações benemerentes, os problemas com

36 Referimos apenas a obra mais importante que constitui uma síntese das investigações desenvolvidas por estes dois sociólogos: PINÇON; PINÇON-CHARLOT, 2000.

37 *O Cávado*, 17.11.1957: 2.

38 *O Cávado*, 5.1.1958: 1.

39 *O Cávado*, 3.1.1960: 5.

o Hospital de Esposende continuavam. Num artigo do jornal *O Cávado* de 18 de dezembro de 1960, sob o título “A eleição da Mesa do Hospital”, fazia-se referência ao relatório apresentado pelo agora provedor do Hospital de Esposende, Albino de Faria “que mostra bem a complexidade dos problemas que rodeia aquela casa hospitalar”. Como aí se escreve, depois da construção do bloco cirúrgico por Marcelino de Queiroz, “muitos outros problemas aguardam urgente solução, como seja o restauro de todo o edifício, a sua adaptação às modernas conceções de casas hospitalares, aumento de capacidade para doentes e montagem dos novos aparelhos”⁴⁰.

Marcelino de Queiroz, porém, nesta altura, já não podia fazer muito mais. Na verdade, a sua doença agravara-se bastante e, em abril de 1961, o jornal *O Cávado*, escrevia, na primeira página, sob o título “Morreu o comendador Marcelino de Queirós grande benemérito do concelho de Esposende”, apresentando uma generosa fotografia. Marcelino de Queiroz falecera no dia 25 de abril de 1961, aos 72 anos, na cidade do Rio de Janeiro.

Dez anos volvidos sobre a cerimónia de inauguração que atrás referimos, não contando já com a presença de Marcelino de Queiroz que, entretanto, falecera, o jornal *O Cávado* volta a consagrar a sua primeira página, desta vez, a uma “Homenagem a D. Maria Margarida de Queirós – grande benemérita do concelho”. Esta homenagem está também longe de ser inocente. Apesar de ser cidadã brasileira, em 1967, através de D. Margarida de Queiroz, o jornal que vimos seguindo e as forças vivas da localidade, procuravam prolongar a injeção de capitais tão necessários à modernização de um equipamento assistencial, como era o Hospital.

Para isso, como habitualmente, o Dr. Manuel Queiroz de Faria, sobrinho português, cumpria um papel essencial. Era o elo necessário para justificar as novas necessidades e para orientar novos investimentos. Simultaneamente, no seu exercício profissional como médico, num equipamento hospitalar tão beneficiado pelo seu tio *brasileiro*, o clínico acabava também por reforçar o seu prestígio pessoal e profissional. Era um benefício mútuo que merecia ser restabelecido e continuado através da sua tia, mesmo sendo cidadã brasileira. O que acabaria por acontecer, pouco depois, através da fundação, em Forjães, de uma instituição que se designaria de Fundação Lar de Santo António, e que, na sua narrativa encomiástica, as fontes fariam surgir como destinada a cumprir “um sonho e espírito solidário para com os mais desfavorecidos e sozinhos” acalentado por aquele emigrante forjanense, estabelecido no Rio de Janeiro e já falecido. Constituída por “um Lar de Terceira Idade para os idosos de Forjães”⁴¹, a concretização deste desejo apenas seria possível pela avultada e constante ajuda financeira da viúva daquele emigrante natural de Forjães que, durante mais de dez anos, enviou regularmente dinheiro para seu sobrinho finalizar a construção de mais um equipamento social destinado à população carenciada. Mas essa questão em particular e as vicissitudes das remessas de dinheiro a partir do Brasil, será objeto de uma outra análise.

40 *O Cávado*, 18.12.1960: 1.

41 Entrevista com o comendador dr. Manuel Queirós de Faria (*O Forjanense*, jun. 1993: 5).

Conclusão

Como tivemos oportunidade de demonstrar através deste pequeno estudo de caso acerca de um conjunto de iniciativas de investimentos assistenciais realizados em Forjães e na zona de Esposende, por um emigrante português residente no Brasil e pela sua mulher, parece-nos evidente que, durante o período em análise – início da década de 1950 e início da década de 1970 – o envio de remessas contribuiu para regular as estruturas e equipamentos sociais do país, num período em que este setor se apresentava obsoleto. Deve-se, por outro lado, registar que esse conjunto de investimentos em equipamentos sociais ainda hoje subsiste e continua a desempenhar uma importante função social na região, articulando-se atualmente com a Administração Regional de Saúde do Norte ou com a Santa Casa da Misericórdia.

Apesar de estes investimentos realizados pelos emigrantes portugueses no Brasil poderem ser encarados como correspondendo a uma nova proposta de articulação entre a política de emigração e o projeto modernizador das estruturas económicas e sociais que, para o país, alguns dirigentes políticos defenderam a partir dos anos de 1960 e que culminou na passagem dos assuntos relativos à emigração da alçada do ministro do Interior para a tutela do ministério das Corporações, no âmbito do Secretariado Nacional de Emprego⁴², pelas suas características, pensamos que este caso se deverá preferencialmente inscrever na continuidade de práticas de envio de remessas de emigrantes brasileiros oitocentistas e mesmo do início do século XX.

Com efeito, ao longo de todo o século XIX, o emigrante português no Brasil, em retorno definitivo ou temporário, injetou, geralmente na sua terra de origem, consideráveis meios financeiros na economia local, contribuindo também para a construção de equipamentos de natureza económica, social, educativa e/ou cultural. O caso que trazemos hoje evidencia que, em pleno Estado Novo, as remessas enviadas pelos nossos emigrantes no Brasil continuaram a desempenhar uma função ímpar na sociedade portuguesa.

Na verdade, não foi apenas no século XIX e durante o regime republicano que o Norte de Portugal beneficiou das verbas enviadas individualmente pelos seus emigrantes do outro lado do Atlântico, como os estudos desenvolvidos sobre o tema em Portugal têm demonstrado. Como acabámos de apresentar, em plena vigência do Estado Novo, numa época em que o Estado português não contemplava ainda estas funções sociais no seu âmbito de atuação, remetendo-as antes para a iniciativa particular, foram significativos os benefícios da emigração portuguesa localizada no Brasil. O caso que hoje aqui trazemos mostra que, também neste período, os emigrantes portugueses continuaram a enviar as suas poupanças para as terras de origem, acabando por gerar notórios efeitos positivos em Portugal, nomeadamente permitindo a formação e a acumulação de capitais indispensáveis ao desenvolvimento do sistema assistencial privado e à reestruturação da estrutura sanitária nacional.

Fontes

Cartas particulares trocadas entre Marcelino de Queirós e Albino de Faria. 1953.4.24, Rio de Janeiro-1955.2.20, Rio de Janeiro. Correspondência à guarda do sobrinho-neto Eng. Paulo Queirós de Faria (Porto).

Cartas particulares trocadas entre Margarida de Queirós e Manuel Queirós de Faria. 1973.11.25, Rio de Janeiro-1984.06.16, Rio de Janeiro. Correspondência à guarda do sobrinho-neto Eng. Paulo Queirós de Faria (Porto).

Cávado (O), *semanário republicano e regionalista*. Esposende, 1950-1970.

«Entrevista com o comendador Dr. Manuel Queirós de Faria». *O Forjanense*. Forjães, jun.1993, p. 5.

Fagueiro (O). Fão. 1958-1961.

FARIA, Albino de, s.d. – *Quem somos?* (Documento manuscrito pertencente ao Arquivo da Família Queirós de Faria).

Folheto de apresentação do *Lar de 3ª idade, internamento para recuperação*.

Bibliografia

ALVES, Jorge Fernandes, 1994 – *Os Brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: Edição do Autor.

BAGANHA, Maria Ioannis, 1994 – “As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacte na economia nacional”. *Análise Social*. Lisboa, XXIX, n.º 128, p. 959-980.

BAGANHA, Maria Ioannis, 1996 – “Emigração”, in ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (dir.) – *Dicionário de História do Estado Novo*. S.l.: Círculo de Leitores, vol. I, p. 294-297.

BERTRAND, Annie Molinié; RODRÍGUEZ JIMÉNEZ, Pablo (ed.), 2000 – *A través del tiempo: Diccionario de Fuentes para la Historia de la Familia*. Murcia: Universidad de Murcia.

CARDOSO, J. L.; ROCHA, M. M., 2003 – “Corporativismo e Estado Providência (1933-1962)”.

Ler História. Lisboa, n.º 45, p. 111-135.

GUIBENTIF, Pierre, 1997 – “Les transformations de l'appareil portugais de sécurité sociale”, in *Comparer les systèmes de protection sociale en Europe du Sud*. Florença; Paris: Mire, vol. 3, p. 49-69.

LEITE, Joaquim da Costa, 1994 – *Portugal and emigration: 1855-1914*. New York. (Tese de Doutoramento apresentada à Columbia University).

LUCENA, M., 1976 – *A evolução do sistema corporativo português*. Vol I – *O Salazarismo*; Vol II – *O Marcelismo*. Lisboa: Perspectivas & Realidades.

MAIA, Fernanda Paula de Sousa, nov. 2005 – “A acção dos ‘Brasileiros’ de torna-viagem em Ovar: a obra dos irmãos Oliveira Lopes (Válega)”. *Dunas: Temas & Perspectivas. Revista Anual Sobre Cultura e Património da Região de Ovar*. Ovar, ano V, n.º 5, p.3-14.

MAIA, Fernanda Paula de Sousa; MONTEIRO, Isilda, 2007 – “Os ‘brasileiros’ de torna-viagem como agentes culturais: o caso de Lamego na primeira metade do século XX”. *Seminário Internacional Memórias e Migrações: Museus, História, Educação, Diversidades e Direitos Humanos*, realizado no IES em Fafe, entre 5 e 8 de julho de 2007.

MAIA, Fernanda Paula de Sousa, 2009 – “Os “Brasileiros” de Torna-Viagem e as Relações Portugal-Brasil na década de 1930 – Estudo de Caso”, in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Isménia; Matos, Izilda, (coord.) – *Nas Duas Margens: os Portugueses no Brasil*. Porto: Edições Afrontamento/CEPESE. p.163-175.

MAIA, Fernanda Paula Sousa; MONTEIRO, Isilda, jul.-dez.2015 – “Impactos da emigração portuguesa para o Brasil no Norte de Portugal – finais do século XIX e inícios do XX”. *Navegar*. Rio de Janeiro, n.º 1, p. 122-149. Disponível em: http://www.labimi.uerj.br/navegar/edicoes/01/Fernanda_P_Souza_MAIA_e_Isilda_da_Costa_MONTEIRO.pdf

- MATA, Eugénia, 1984 – *A Unidade Monetária Portuguesa face à Libra, 1891-1931*. FE-UNL, Working paper n.º 22.
- MONTEIRO, Isilda; MAIA, Fernanda Paula Sousa, 2008-2009 – “Em defesa dos interesses da Senhora Aparecida – os ‘brasileiros’ e o desenvolvimento local”. *Oppidum*. Lousada, ano IV, n.º 3, p.195-207.
- PATRIARCA, F., 1995 – *A Questão Social no Salazarismo, 1930-1947*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 2 volumes.
- PEREIRA, Miriam Halpern, 1990 – “Algumas observações complementares sobre a política de emigração portuguesa”. *Análise Social*. Lisboa, XXV, n.º 108-109, p. 735-739.
- PEREIRA, Miriam Halpern, 2007 – “A emigração portuguesa para o Brasil e a geo-estratégia do desenvolvimento euro-americano”. *População e Sociedade*. Porto, n.º 14, p. 41-50.
- PEREIRA, Victor, 2009 – “Emigração e desenvolvimento da previdência social em Portugal”. *Análise Social*. Lisboa, vol. XLIV, n.º 192, p. 471-510.
- PEREIRA, Victor, 2014 – *A Ditadura de Salazar e a emigração: o Estado Português e os seus emigrantes em França (1957-1974)*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores.
- PIMENTEL, Irene Flunser, 1999 – “A assistência social e familiar do Estado Novo nos anos 30 e 40”. *Análise Social*. Lisboa, vol. XXXIV, n.º 151-152, p. 477-508.
- PINÇON, M.; PINÇON-CHARLOT, M., 2000 – *Sociologie de la Bourgeoisie*. Paris: La Découverte.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, 2009 – “Migrações entre Portugal e Brasil: reciprocidade de referências 1908-1945”. *Revista Migrações*. Lisboa, n.º 5, p. 203-219.
- RODRIGUES, Carlos Farinha, 1996 – “Assistência Social”, in ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (dir.) – *Dicionário de História do Estado Novo*. S.l.: Círculo de Leitores, vol. I, p. 70-73.
- SERRÃO, Joel, 1970 – “Conspecto histórico da emigração portuguesa”. *Análise Social*. Lisboa, XVIII, 32, p. 597-617.
- SERRÃO, Joel, 1985 – “Notas sobre a emigração e mudança social no Portugal contemporâneo”, *Análise Social*. Lisboa, XXI, n.º 87-88-89, p. 995-1004.
- TEIXEIRA, Agostinho Pinto, dez.1990-1992 – “O Contributo brasileiro para o desenvolvimento de Esposende”. *Boletim Cultural de Esposende*. Esposende, n.º 17, p. 47.